

Senado pode retirar apoio para negociação da dívida

BRASÍLIA — O governo corre o risco de perder o apoio unânime do Senado à negociação da dívida externa. O motivo da discórdia é a tentativa dos negociadores brasileiros de obter, junto ao Senado, liberdade para efetuar pagamentos de juros atrasados aos bancos credores quando julgar conveniente. Com essa preocupação, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, e o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, jantaram com os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Severo Gomes (PMDB-SP) e Jorge Bornhausen (PRN-SC), na última terça-feira. Kandir e Jório querem retirar do projeto de resolução do Senado, que fixará parâmetros para a renegociação da dívida, o parágrafo que impede pagamentos antes que um acordo com os bancos passe pela aprovação dos senadores. — O governo está se arriscando a desmanchar com o pé o que fez com as mãos —, criticou o senador Severo Gomes, que é presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ele lembra que o projeto de resolução do Senado foi elaborado a partir de reuniões com a ministra Zélia Cardoso de Mello e com o embaixador Jório Dauster. E rememora as enfáticas declarações de Zélia, contrárias a qualquer pagamento antes que o governo obtenha, junto aos credores, um acordo que respeite a capacidade de pagamento do país.

O senador Fernando Henrique Cardoso, relator da comissão, argumenta que o Senado tem uma imagem a zelar. “Eles querem que o Senado seja mais flexível. Mas eu não posso, de uma hora para a outra, ficar contra uma idéia que defendi perante a comissão”, disse ele. A conversa durante o jantar não foi conclusiva e a expectativa de Cardoso é de que na próxima semana, depois de conversarem com o presidente Fernando Collor, que chega hoje do Japão, Kandir e Jório programem uma nova tentativa de convencimento.

“Se não chegarmos a um acordo, o governo pode conseguir que uma resolução mais flexível seja aprovada pelo Senado, mas será destruído, na véspera, a força política que conseguiu catalizar em torno da negociação da dívida”, ameaça Severo Gomes. Ele lembra que o projeto de resolução que o governo quer flexibilizar obteve, de forma inédita, a aprovação unânime da comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando foi apreciado no mês passado. E alerta para o perigo de os negociadores brasileiros “caírem na armadilha dos credores”, pagando parte

dos atrasados sem obter, previamente, uma negociação global da dívida, como os governos anteriores.

De acordo com a Constituição, o governo tem de submeter ao Senado todos os acordos firmados na área externa. Antecipando-se a essa obrigatoriedade, no entanto, o Senado pretende votar uma resolução fixando alguns limites para a negociação da dívida. Com essa iniciativa, inspirada pelo próprio governo, o Senado proverá o governo de lastro político na difícil tarefa de negociar com os bancos internacionais uma dívida de US\$ 52 bilhões, mais US\$ 8,5 bilhões de juros atrasados.

Sem limites — O presidente Collor afirmou ontem a empresários japoneses, na sede da Keidanren, a poderosa Federação das Organizações Econômicas do Japão, que a posição brasileira na renegociação da dívida externa é flexível, construtiva e aberta ao diálogo. O presidente disse que não há razões para que os credores fiquem apreensivos ou negativamente predispostos e que não serão impostos limites quanto ao que se negociará, “o que significa a dívida como um todo, inclusive juros atrasados”, adiantou.

Ao mesmo tempo que demonstrou flexibilidade no processo de negociação da dívida, o presidente Collor alertou a comunidade financeira internacional de que a “sociedade brasileira não suportaria viver sob a pressão de ter de gerar megasuperávits comerciais”. Em razão disso, ele disse esperar “que o Japão seja um aliado do Brasil na questão da dívida e leve à Comunidade Financeira uma palavra de endosso à posição brasileira.”

Collor desembarca hoje, às 9h30, na Base Aérea de Brasília. Após reunir-se no Planalto com seus assessores diretos, ele se encontra, às 11 horas, com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o embaixador Jório Dauster, para discutir a renegociação da dívida e a nova proposta brasileira para os credores.

A nova proposta, que será examinada pelo presidente, prevê a criação de um bônus para pagamento dos juros atrasados, que somam US\$ 8,5 bilhões. Estes bônus serão negociados pelo valor original, remunerados com taxa fixa de mercado. A proposta dos credores — um bônus de cinco anos, mais o pagamento US\$ 500 milhões em março, além dos US\$ 2,5 bilhões a serem pagos este ano — foi descartada pelo governo por ultrapassar muito a capacidade de pagamento do país.